

## Eleições em Timor-Leste: O papel da participação popular na construção do Estado

Carla Luís<sup>2</sup>

### Introdução

Em Timor-Leste a vontade popular e a participação têm vindo a ser um factor-chave para a independência. O país tem uma longa história de presença de missões da ONU. Esta teve início com a Consulta Popular, a qual levou à independência, e terminou formalmente em 2012, com o sucesso do ciclo eleitoral de 2012 e o término da UNMIT, a última das missões da ONU no território.

Construir o novo Estado e as suas instituições foi o objectivo seguinte à conquista da independência, de forma a obter um Estado auto-sustentável e a independência de facto. A ONU pôs em prática políticas de construção do Estado, com níveis de sucesso discutíveis.

No entanto, e apesar da discutível implementação de algumas instituições do Estado liberal, em Timor-Leste as eleições nacionais tiveram sempre níveis de participação elevadíssimos. Tem havido sempre uma grande participação por parte de toda a população, em todo o território, numa demonstração massiva da vontade popular de participar.

Neste artigo vamos analisar a participação popular nos processos eleitorais a nível nacional em Timor-Leste e o papel que os processos eleitorais tiveram na consolidação do novo Estado e na promoção da participação popular, no contexto das políticas da ONU de construção do Estado.

Vamos argumentar, no entanto, que os processos e a participação eleitorais não devem ser os únicos indicadores, uma vez que se arriscar a estar demasiado limitados às instituições e construção do Estado liberal, deixando de fora outros mecanismos importantes de participação popular.

### O papel das eleições na participação

As eleições são um aspecto crucial das intervenções de peacebuilding da ONU, sendo muitas vezes utilizadas como um dos principais critérios para aferir do sucesso de uma intervenção. A formação de um governo, através de eleições livres e justas, é vista também como contribuindo para a unidade nacional e para a reconciliação (Jeong 2005, 103; Lijn 2009, 59).

No processo eleitoral e no seu contexto têm também uma grande importância diversos elementos sociais. Para que as eleições tenham sucesso é necessário que os anteriores adversários prossigam as suas ideologias e interesses de forma não violenta, nomeadamente através da campanha eleitoral e representação política (Jeong 2005). Trata-se quase da inversão da afirmação de Clausewitz “a guerra é a continuação da política por outros meios” (Clausewitz 2008), com uma ênfase particular na forma não violenta de prosseguir perspectivas diversas nas sociedades pós-conflito (Jeong 2005).

Existe um consenso por parte das organizações internacionais acerca da necessidade de uma ampla participação de todos os sectores da sociedade, assegurando assim uma representação equilibrada e um reforço da democracia (Goodwin-Gill 2006). A ONU tem mantido um grande interesse na democratização e em particular na área eleitoral (UNDP 2002). A Assembleia Geral da ONU salientou a necessidade de eleições periódicas e genuínas (A/RES/49/190) e reconheceu a necessidade de reavaliar a assistência

<sup>2</sup> Doutoranda no CES, no Programa de Doutoramento “Política Internacional e Resolução de Conflitos”. Projecto de tese “O papel dos sistemas eleitorais nas políticas de peacebuilding da ONU: o caso de Timor-Leste”, com o apoio da FCT SFRH/BD/79096/2011. Investigadora no projecto do CES “[Consolidação da paz e a sua sustentabilidade: as missões da ONU em Timor Leste e a contribuição de Portugal](#)”. Mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo European Inter University Institute for Human Rights and Democratisation, em Veneza. Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Áreas de interesse: sistemas eleitorais, Sudoeste Asiático, construção da paz, pós-conflito. [carlaluis@ces.uc.pt](mailto:carlaluis@ces.uc.pt)

eleitoral da ONU, focando-se na capacitação a nível nacional, instituições eleitorais e educação cívica (A/RES/52/129; Goodwin-Gill 2006).

A ONU tem dado assistência eleitoral aos seus estados-membros, de acordo com os princípios da Carta e da Declaração Universal dos Direitos do Homem (A/56/344: 3). Tem sido este o caso em Timor-Leste, onde em todos os ciclos eleitorais se verificou um amplo apoio e intervenção por parte da ONU e das suas agências.

Em diversas Resoluções da Assembleia Geral foi reconhecido que um grande número de Estados “utiliza as eleições como uma forma pacífica de discernir a vontade do povo e de criar confiança, contribuindo assim para uma maior paz e estabilidade nacionais” (A/RES/56/159). Nas sociedades pós-conflito violento, as eleições têm sido utilizadas como instrumentos para ajudar a consolidar uma paz frágil, constituindo ainda “um sinal claro de que a autoridade doméstica legítima está de volta” (Reilly 2004, 2).

Uma paz sustentável requer uma participação ampla nos processos de construção da paz e do Estado (Adekanye 1998). As políticas de construção do Estado compreendem a criação de instituições (Carton 2008), podendo ser definidas como “a criação de novas instituições de governação e o reforço das já existentes” (Fukuyama 2004). Estas instituições têm de ser sólidas, de forma a serem vistas como legítimas pela população, evitando o risco da criação de “Estados-fantasma”, com recursos, mas a cujas instituições governativas podem faltar a legitimidade política ou social (Chandler 2006, 9).

Vamos analisar os processos eleitorais levados a cabo em Timor-Leste desde 1999, a nível nacional (excepcionando portanto as eleições locais, que decorreram faseadamente), salientando a participação popular no processo de democratização do novo Estado.

### **A Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999**

A independência de Timor-Leste teve, formalmente, o seu ponto de partida com a Consulta Popular, de 30 de Agosto de 1999. O referendo foi organizado e supervisionado pela UNAMET, a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste. A UNAMET durou de 11 de Junho de 1999 a 30 de Setembro de 1999 e visava organizar o referendo e fazer a transição para o novo país independente.

Apesar do clima de medo e intimidação, por parte do Exército indonésio e das milícias pró-Indonésia, os timorenses demonstraram uma enorme vontade em participar nesta decisão crucial.

O recenseamento eleitoral em Timor-Leste e fora do território decorreu durante um período contínuo de vinte dias, com postos de recenseamento criados para esse fim. Estes funcionaram em Jacarta, Yogyakarta, Surabaya, Denpasar Bali, Ujung Pandang, Sidney, Darwin, Lisboa, Maputo, Macau e Nova Iorque. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi a instituição responsável pela votação em Portugal e no estrangeiro, excepto no caso da Austrália, em que a Comissão Eleitoral Australiana assumiu essas funções.

Havia um total de 446.666 eleitores recenseados, dos quais 433.576 em Timor-Leste. Destes, 98% votaram no referendo, ou seja 446.953 eleitores (A/54/654). O Secretário-Geral da ONU anunciou os resultados da Consulta Popular: 21,5% (94.388) votaram a favor da autonomia especial face à Indonésia e 78,5% (344.580) rejeitaram esta proposta, preferindo a independência (UNSC 1999).

### **As missões de construção de paz da ONU em Timor-Leste**

Pouco após o Referendo, e resultante da violência que se lhe seguiu, foi criada uma missão de *peacekeeping* da ONU. A UNTAET – Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste foi aprovada pela Resolução do Conselho de Segurança n.º 1272/1999, e durou de 1999 a 2002. De referir que a UNTAET surgiu após a INTERFET (*The International Force for East Timor*), aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU (S/RES/1264), formalmente uma força multinacional unificada sob o comando da Austrália, de forma a assegurar a paz e a segurança em Timor-Leste na sequência da violência que se seguiu ao referendo e apoiar a UNAMET nas suas funções e a assistência humanitária.

A UNTAET, em cooperação com o povo de Timor-Leste (S/RES/1338 2001) tinha de decidir quando e como levar a cabo eleições e que órgãos deviam ser eleitos (Galbraith 2003).

A 30 de Agosto de 2001 tiveram lugar as primeiras eleições timorenses, para eleger os 88 Deputados da Assembleia Constituinte. Foi utilizado um sistema eleitoral misto, combinando a representação proporcional com um círculo de representação maioritária (Ingram 2012). Um círculo único nacional elegia 75 deputados, com uma fórmula de representação proporcional, e 13 círculos distritais elegiam um deputado por cada distrito (UNTAET/REG/2001/2).

### **A Assembleia Constituinte de 30 de Agosto de 2001**

As eleições para a Assembleia Constituinte foram reguladas pelo Regulamento da UNTAET n.º 2001/2, o qual criou também o primeiro órgão de administração eleitoral, a Comissão Eleitoral Independente (CEI).

À CEI competia efectuar o registo dos partidos políticos. Para concorrer às eleições estes tinham de se registar, devendo ser subscritos por 500 eleitores. Houve uma participação popular notável e registaram-se 16 partidos políticos. Houve 968 candidatos através dos partidos e 5 candidatos nacionais independentes para os 75 mandatos do círculo nacional. Para os 13 mandatos distritais houve 84 candidatos partidários e 11 candidatos independentes.

A população total de Timor-Leste a 23 de Junho de 2001, de acordo com a Unidade de Registo Civil das NU, estimava-se em 778.989 pessoas e existiam cerca de 419.019 eleitores recenseados (UN 2001). A taxa de participação foi de cerca de 91%<sup>3</sup> (CEI 2001) e os mandatos foram distribuídos por 12 partidos políticos<sup>4</sup> e um candidato independente.

A Assembleia Constituinte transformou-se posteriormente no primeiro Parlamento Nacional e as eleições legislativas seguintes tiveram lugar em 2007.

### **Eleições Presidenciais de 2002**

As Eleições Presidenciais decorreram a 12 de Abril, regidas pelo Regulamento n.º 2002/01 da UNTAET, de 16 de Janeiro. Os candidatos podiam ser independentes ou nomeados pelos partidos. Houve dois candidatos, Kay Rala Xanana Gusmão e Francisco Xavier do Amaral. Xanana Gusmão venceu, com um total de 82,69% (S/2002/432/Add.1), tendo-se tornado o primeiro Presidente eleito de Timor-Leste.

Havia 439.000 eleitores recenseados (UNTAET 2002). A participação foi bastante elevada, tendo sido recolhidos 378.548 votos (S/2002/432/Add.1), com uma taxa de participação de aproximadamente 86%.

### **O Ciclo Eleitoral de 2007**

O Ciclo Eleitoral de 2007 decorreu ainda sob o clima de instabilidade que adveio dos incidentes de 2006 e da grave crise interna. Existiam inúmeros refugiados internos (IDP) em torno da capital e uma forte presença de forças de segurança estrangeiras (Leach 2009). No entanto, apesar dos “enormes desafios que enfrentam os futuros governos em Timor-Leste” (Leach 2009), as três eleições decorreram “de forma geralmente pacífica” (Leach 2009).

---

<sup>3</sup> Os números relativos às Eleições para a Assembleia Constituinte apresentam-se bastante dispersos e dispares consoante a fonte. Optou-se por isso por referir apenas os números constantes de documentos da ONU e da Declaração Oficial da Comissão Eleitoral Independente que certifica os resultados eleitorais. Ainda assim, o número de eleitores foi ampliado no dia da eleição, por se ter decidido admitir a votar 11.999 cidadãos que, embora não constando dos cadernos eleitorais, cumpriam todos os requisitos para o efeito (S/PV.4367: 3). Na “UNTAET Factsheet 1 – UNTAET’s 25 Major Achievements”, de abril de 2002, é referido “The registration of 742,461 people, virtually the entire population currently living in East Timor (excluding the refugees in West Timor), over a three-month period in 2001”, o que mais uma vez volta a não estar em linha com os anteriores números divulgados por outras fontes da própria ONU e que pode levantar questões quanto à precisão dos números divulgados.

<sup>4</sup> Para uma análise mais extensa dos partidos políticos, nomeadamente nomes, lideranças, candidatos, herança histórica e programas, ver Saldanha 2008; Shoemith 2011, 2012; Sousa 2001.

## **Eleições Presidenciais de 2007**

Em 2007, após um mandato de cinco anos, as Eleições Presidenciais decorreram a 9 de Março (primeira volta). Houve oito candidatos; destes, quatro obtiveram menos de 10% e os restantes obtiveram mais de 14%. Os dois candidatos mais votados foram Francisco Guterres “Lú-Olo”, com 27,89% e José Manuel Ramos Horta, com 21,61%. Foram estes os candidatos a disputar a segunda volta, sendo vencedor o que obtivesse maioria absoluta.

A participação popular foi mais uma vez muito elevada. Havia 522.933 eleitores recenseados, dos quais 427.198 votaram, com uma taxa de participação de 81,69%<sup>5</sup>.

A segunda volta teve lugar a 9 de Abril de 2007. O candidato José Manuel Ramos Horta foi o mais votado, com 69,18% dos votos. Dos 524.073 eleitores recenseados 424.478 votaram, perfazendo uma taxa de participação de 81%.

## **Eleições Legislativas de 2007**

As Eleições Legislativas decorreram a 30 de Junho. Os candidatos tinham de se apresentar nas listas de partidos políticos, as quais podiam também conter candidatos independentes. Existia um círculo único nacional, com 65 mandatos. As listas de candidatos tinham de ter 65 candidatos efetivos e um mínimo de 25 suplentes. A participação feminina era encorajada e as listas de efetivos e suplentes tinham de “incluir, pelo menos, uma mulher por cada conjunto de quatro candidatos, sob pena de rejeição” (art. 12.º, n.º 3 da Lei n.º 6/2006, de 28 de Dezembro). Até 30 dias após a marcação da data da eleição pelo Presidente da República, as listas eram apresentadas à CNE, que verificava os seus requisitos.

Existiam 529.198 eleitores recenseados, dos quais 426.210 votaram, com uma taxa de participação de 80,54%<sup>6</sup>. Existia um círculo único nacional, com 65 mandatos a serem atribuídos de acordo com o sistema representativo proporcional, com o Método D’Hondt. Concorreram 12 partidos, dos quais apenas quatro obtiveram mais de 10%. Todos os restantes obtiveram menos de 5%. A FRETILIN foi a mais votada, com 29,02%, tendo obtido 21 mandatos no Parlamento. Os restantes foram repartidos entre os seis demais partidos.

## **O Ciclo Eleitoral de 2012**

Em 2012 foi marcado um novo ciclo eleitoral, compreendendo eleições presidenciais (primeira e segunda volta) e eleições legislativas. Decorria dez anos após a obtenção da independência e de um longo período de missões da ONU, sendo um verdadeiro teste à futura sustentabilidade da paz e da democracia formal no território. Foi visto com grande expectativa pela ONU, pelas autoridades timorenses e pela comunidade internacional.

As eleições tiveram um forte apoio da ONU. Em especial a UNEST, Equipa de Apoio Eleitoral da ONU, era uma unidade conjunta, no âmbito do PNUD e em coordenação com a UNMIT, estava inteiramente dedicada ao apoio ao ciclo eleitoral timorense. No entanto, as decisões eram tomadas pelos órgãos e entidades nacionais, tais como a CNE e o STAE, ao contrário do que havia sucedido nas eleições anteriores. O apoio da ONU verificava-se também através da UNMIT, com apoio técnico e financeiro, recursos humanos qualificados, apoio logístico, assessoria técnica e capacitação, entre outras.

---

<sup>5</sup> Embora fontes distintas apresentem números diversos, e estes tenham sido objecto de litígio entre os próprios candidatos perante a Comissão Nacional de Eleições, os resultados oficiais são os constantes do Acórdão do Tribunal de Recurso. Neste caso, trata-se do Proc. 01/PEP/GERAL/2007/TR, publicado no Jornal da República, Série I, n.º 10, de 25 de Abril de 2007.

<sup>6</sup> Dados oficiais constantes no Acórdão do Tribunal de Recurso no Proc. 02/PE.PN/GERAL/2007, publicado no Jornal da República, n.º 18, Série I, de 16 de Julho de 2007.

## **Eleições Presidenciais de 2012**

A primeira volta das Eleições Presidenciais de 2012 decorreu a 17 de Março. Cada candidato tinha de ser proposto por um mínimo de 5.000 eleitores, com um mínimo de 100 apoiantes por cada um dos 13 distritos. Cada eleitor só podia subscrever uma candidatura. Houve 13 candidatos; no entanto, o candidato Francisco Xavier do Amaral morreu poucos dias antes da eleição.

Havia 626.503 eleitores recenseados; destes, 489.933 votaram, com uma taxa de participação de 78,20%.

Dos 12 candidatos que restaram, quatro obtiveram mais de 17%. O candidato Francisco Guterres “Lú-Olo” foi o mais votado, com 25,71%, e conjuntamente com o candidato Taur Matan Ruak, que obteve 25,71%, disputaram a segunda volta<sup>7</sup>.

A segunda volta teve lugar a 16 de Abril. Havia 627.295 eleitores recenseados, dos quais votaram 458.703, ou seja, 73,12%. O Tribunal de Recurso declarou que a eleição havia sido válida, publicando os resultados oficiais<sup>8</sup>. O candidato Francisco Guterres “Lú-Olo” obteve um total de 38,77%, e o candidato Taur Matan Ruak 61,23%, tendo sido declarado Presidente da República de Timor-Leste.

## **Eleições Legislativas de 2012**

As Eleições Legislativas (ou Parlamentares) decorreram a 7 de Julho. Houve 23 partidos a concorrer, num total de 21 candidaturas incluindo as coligações.

Dos 645.624 eleitores recenseados, 482.792 votaram, perfazendo 74,78%. O CNRT foi o partido mais votado, com 36,68% dos votos. A FRETILIN foi a segunda, com 29,89%. Apenas dois outros partidos atingiram mais de 3%, o mínimo necessário para concorrer à atribuição de mandatos (cláusula barreira, em sistema proporcional com Método D’Hondt). Apenas quatro partidos elegeram deputados. O CNRT obteve 30 mandatos, a FRETILIN 25, o Partido Democrático (PD) oito e a Frente Mudança - Frente Reconstrução Nacional de Timor Leste oito mandatos.

Se analisarmos os números por distrito, verificamos que a participação é sempre muito elevada. O distrito com menor participação é Díli, com 72,26%. Baucau, Bobonaro, Ermera, Liquiça, Manufahi e Viqueque tiveram taxas de participação cerca dos 75%. Ainaro, Covalima, Lautem, Manatuto e Oecusse situaram-se entre os 75% e os 80%. O distrito com a taxa de participação mais alta foi Aileu, com 81,76%. No total, a abstenção nacional foi de 18,24%.

### **A participação eleitoral em Timor-Leste**

Se analisarmos os dados relativos à participação eleitoral em Timor-Leste, verificamos que esta é sempre bastante elevada. Na Consulta Popular a participação foi de cerca de 98%. As populações votaram em condições bastante severas, antecipando já a violência como um resultado possível. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, dois anos mais tarde, houve mais uma vez uma elevada participação. Houve múltiplos partidos e candidatos, sendo a participação de 91%. O mesmo se pode dizer acerca das Eleições Presidenciais de 2002, com uma participação de cerca de 86%.

Em 2007 foi a primeira vez que decorreu um ciclo eleitoral completo, com eleições presidenciais e legislativas. Estas tiveram lugar após conflitos generalizados, incluindo tentativas de assassinato do Primeiro Ministro e do Presidente da República. Existia ainda um elevado número de refugiados internos, colocando grandes desafios ao processo eleitoral. Ainda assim, a população manifestou a sua vontade forte em participar, quer através do elevado número de partidos e candidatos que concorreram, quer através da taxa de participação eleitoral, que se cifrou sempre acima dos 80%.

---

<sup>7</sup> Resultados oficiais, tais como constantes do Acórdão do Tribunal de Recurso, Proc. 01/PEP/GERAL/2012/TR, publicado no Jornal da República, n.º 12, I Série, de 28 de Março de 2012.

<sup>8</sup> Acórdão no Proc. 01/PEP/GERAL/2012/TR, publicado no Jornal da República, n.º 15, I Série, de 25 de Abril de 2012.

Em 2012 seguiu-se um segundo ciclo eleitoral, sendo também um teste à maturidade e à sustentabilidade do modelo e à reacção e vontade popular. Mais uma vez, as eleições foram bastante disputadas, tendo a participação baixado, mas situando-se sempre acima dos 70%. Existe uma integração generalizada das práticas democráticas (Freire & Lopes 2013: 15) a nível eleitoral.

Alguns autores argumentam que os dados eleitorais oficiais, nomeadamente relativos ao recenseamento, não são rigorosos (Leach 2009, 223), aumentando por isso a taxa de abstenção oficial (Feijó 2012, 39; Leach 2009). De facto, das Eleições Presidenciais de 2012 para as Eleições Legislativas também de 2012 há um acréscimo de quase 20.000 eleitores recenseados, o que não parece plausível. O recenseamento eleitoral não parece, por isso, estar devidamente actualizado (Feijó 2012, 40), podendo a taxa oficial de abstenção estar inflacionada. No entanto, ainda que incluindo este acréscimo indevido da abstenção (Leach 2009, 223), a taxa de participação tem-se situado sempre acima dos 70% (Feijó 2012, 43; Leach 2009) e, ao que tudo indica, os números reais seriam ainda mais elevados, demonstrando a vontade da população timorense em participar no processo de democratização.

<b>Eleição</b>	<b>Eleitores</b>	<b>Participação</b>	<b>Abstenção</b>
Consulta Popular de 1999	446.666	98%	2%
Assembleia Constituinte 2001	421.018	91%	9%
Eleições Presidenciais 2002	439.000	86%	14%
Eleições Presidenciais 2007 (1. <sup>a</sup> volta)	522.933	81,69%	18,31%
Eleições Presidenciais 2007 (2. <sup>a</sup> volta)	524.073	81%	19%
Eleições Legislativas 2007	529.198	80,54%	19,46%
Eleições Presidenciais 2012 (1. <sup>a</sup> volta)	626.503	78,20%	21,8%
Eleições Presidenciais 2012 (2. <sup>a</sup> volta)	627.295	73,12%	26,88%
Eleições Legislativas 2012	645.624	74,78%	25,22%

## **Conclusão**

As eleições são um dos elementos chave da democratização, uma vez que permitem que as partes continuem o seu dissenso através da competição política. Podem ser uma alternativa à violência, sustentável e duradoura, bem como uma fonte de legitimidade para a nova autoridade eleita. Os processos eleitorais permitem o estabelecimento de uma nova autoridade interna, que seja capaz de exercer o poder e ao mesmo tempo seja capaz de prestar contas perante os seus cidadãos e perante a comunidade internacional (Samuels 2006, 4). Muitas vezes, o único resultado produzido pelas intervenções internacionais são apenas eleições razoavelmente justas, mas que não implicam necessariamente a procura de uma democracia genuína, quer da parte das elites, quer da população (Zuercher et al. 2009, 257).

As eleições devem também ser vistas no contexto específico em que decorrem. A participação é crucial, mas não deve ser vista como o único factor a ter em conta. Um aspecto fundamental é o bom funcionamento dos órgãos democraticamente eleitos e o desempenho sólido das instituições dos novos Estados.

Ao analisar a situação actual em Timor-Leste, verificamos que a população foi já diversas vezes convocada a participar, através de eleições, tendo respondido a esta chamada de uma forma incontestavelmente positiva. O que permanece por avaliar, sendo um verdadeiro teste à democratização, é se as instituições do Estado, democraticamente eleitas, responderam de forma adequada à população, nomeadamente através do desempenho das suas funções.

## Referências

- Adekanye, J. Bayo 1998, "Power-Sharing in Multi-Ethnic Political Systems." *Security Dialogue* 25, 32.
- Carton, W. 2008, 'Beyond the Kosovo status question: the limits to Europe's state-building efforts', *The Interdisciplinary Journal of International Studies* 1.
- CEI 2001, *Statement of the Chief Electoral Officer, 7pm, 31 August 2001*, viewed 20 November 2013, <<http://members.pcug.org.au/~wildwood/01augiec2.htm>>.
- Chandler, David 2006, *Empire in Denial: The Politics of State-Building*. London: Pluto Press.
- Clausewitz, Carl von 2008, *On War*. OUP Oxford.
- Feijó, R graça 2012, 'Elections, Independence, Democracy: The 2012 Timorese Electoral Cycle in Context', *Journal of Current Southeast Asian Affairs*, vol. 31, no. 3, pp. 29 – 57.
- Freire, Maria Raquel, and Paula Duarte Lopes 2013, "Peacebuilding in Timor-Leste: Finding a Way between External Intervention and Local Dynamics." *International Peacekeeping* 20 (2): 204–18. doi:10.1080/13533312.2013.791577.
- Fukuyama, Francis. 2004. *State-Building*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- Galbraith, P. 2003, "The United Nations Transitional Authority in East Timor (UNTAET)." *American Society of International Law* 97: 210–12.
- Goodwin-Gill, Guy S. 2006, *Free and Fair Elections - New Expanded Edition*. Geneva: Inter-Parliamentary Union.
- Ingram, Sue 2012, "Building the Wrong Peace: Re-Viewing the United Nations Transitional Administration in East Timor through a Political Settlement Lens." *State, Society and Governance in Melanesia Discussion Paper* 2012/4.
- Jeong, Ho-Won 2005, *Peacebuilding in Post Conflict Societies: Strategy and Process*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
- Leach, Michael 2009, "The 2007 Presidential and Parliamentary Elections in Timor-Leste." *Australian Journal of Politics & History* 55 (2): 219–32. doi:10.1111/j.1467-8497.2009.01513a.x.
- Lemay-Hébert, Nicolas 2012, "Coerced Transitions in Timor-Leste and Kosovo: Managing Competing Objectives of Institution-Building and Local Empowerment." *Democratization* 19 (3): 465–85. doi:10.1080/13510347.2012.674358.
- Lijn, Jair van der 2009, "If Only There Were a Blueprint! Factor for Success and Failure of UN Peace-Building Operations." *Journal of International Peacekeeping* 13 (1-2): 45–71. Revista emprestada pela Daniela Nov. 2012.
- Reilly, Benjamin 2004, "Electoral Assistance and Post-Conflict Peacebuilding: What Lessons Have Been Learned?" In Helsinki, Norway.
- Saldanha, JM 2008, 'Anatomy of Political Parties in Timor-Leste', in R Rich, L Hambly & MG Morgan (eds), *Political Parties in the Pacific Islands*, Australia National University Press, Canberra, pp. 69–81.
- Samuels, Kirsti 2006. "Post-Conflict Peace-Building and Constitution-Making." *Chicago Journal of International Law* 6 (2). Pasta "Bibliografia CNE". Sublinhado, falta incluir na tese.
- Shoesmith, D 2011, *Political Parties and Groupings of Timor-Leste*, Australian Labor Party International Projects.
- 2012, 'Political Parties', in M Leach & D Kingsbury (eds), *The Politics of Timor-Leste*, Ithaca, NY: Cornell South-east Asia Program, New York
- Sousa, Lurdes Silva-Carneiro de. 2001, "Some Facts and Comments on the East Timor 2001 Constituent Assembly Election." *Lusotopie*: 299–311.
- UNDP 2002, *UNDP and electoral assistance: 10 years of experience*, United Nations Development Program, [http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/electoral\\_systemsandprocesses/undp-and-electoral-assistance-10-years-of-experience/](http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/democratic-governance/electoral_systemsandprocesses/undp-and-electoral-assistance-10-years-of-experience/), viewed 25 May 2014
- UNSC 1999, [03 Sep 1999] SC/6721 : *Secretary-General informs Security Council people of East Timor rejected special autonomy proposed by Indonesia*. <http://www.un.org/News/Press/docs/1999/19990903.sc6721.html>.
- Zuercher, Christoph, Nora Roehner, and Sarah Riese 2009, "External Democracy Promotion in Post-Conflict Zones - Evidence from Case Studies." *Taiwan Journal of Democracy* 5 (1): 241–59.